

Um protagonista a nível mundial

As relações externas da União Europeia



Pode encontrar esta brochura e outras explicações claras e sucintas sobre a UE em linha em: europa.eu.int/comm/publications

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Imprensa e da Comunicação
Publicações
B-1049 Bruxelles

Manuscrito concluído em Julho de 2004

Ilustração da capa: M&S

Uma ficha bibliográfica encontra-se no fim desta obra

Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2004

ISBN 92-894-7418-1

© Comunidades Europeias, 2004
Reprodução autorizada

Printed in Belgium

IMPRESSO EM PAPEL BRANQUEADO SEM CLORO

Um protagonista a nível mundial

As relações externas da União Europeia



Índice

O papel mundial da União Europeia	3
As relações externas da UE	5
Política Externa e de Segurança Comum	8
O comércio em benefício de todos	11
Erradicar a pobreza através do desenvolvimento sustentável	13
Ajuda humanitária	15
Os nossos parceiros no mundo	17
Outra documentação	22

O papel mundial da União Europeia

A União Europeia é um protagonista a nível mundial.

Com uma população de 450 milhões de habitantes — mais do que os Estados Unidos e a Rússia juntos —, a União Europeia é o maior bloco comercial do mundo, produzindo um quarto da riqueza mundial. Quanto à ajuda aos países pobres, é também o principal dador a nível mundial. A sua moeda, o euro, ocupa o segundo lugar nos mercados financeiros internacionais, logo a seguir ao dólar americano.

O objectivo inicial da UE não era tornar-se uma potência mundial. Criada no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, o seu principal objectivo era unir as nações e os povos da Europa. Foi,

porém, obrigada a definir as suas relações com o resto do mundo à medida que se foi alargando e assumindo novas responsabilidades. À semelhança do trabalho empreendido dentro das suas fronteiras para eliminar os obstáculos comerciais, desenvolver as regiões mais pobres e promover a cooperação pacífica, a União colabora com outros países e organizações internacionais para que todos possam tirar partido da abertura dos mercados, do crescimento económico e da estabilidade num mundo cada vez mais interdependente. Paralelamente, a UE defende os seus legítimos interesses económicos e comerciais na cena internacional.

Um dos principais desafios com que a União Europeia se depara actualmente



A União Europeia colabora com outros países e organismos internacionais, como as Nações Unidas, para promover a paz e a prosperidade.

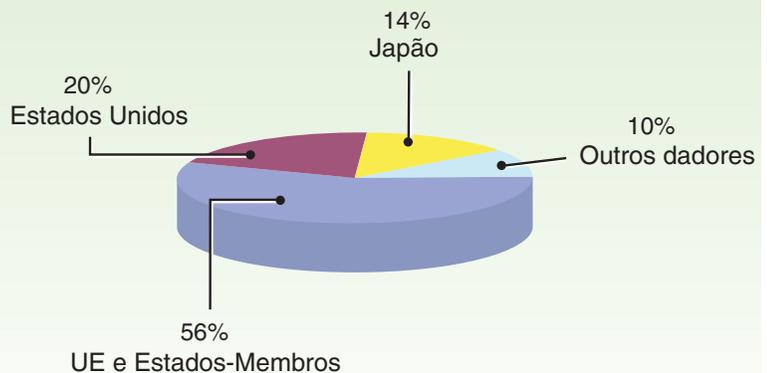
consiste em promover um clima de paz e de segurança para além das suas fronteiras. Para dar resposta a esse desafio, a UE está a desenvolver uma Política Externa e de Segurança Comum para poder agir como um motor de estabilidade, de cooperação e de compreensão no resto do mundo.

Durante mais de 40 anos, a Guerra Fria dividiu grande parte do mundo em dois blocos. O fim dessa guerra deu lugar a uma ordem mundial mais frágil e complexa, que requer uma maior intervenção da UE a nível da prevenção de conflitos, da manutenção da paz e da luta contra o terrorismo. A UE contribui para financiar a administração civil das Nações Unidas no Kosovo, concede um apoio financeiro permanente à Autori-

dade Palestiniana e uma contribuição de mil milhões de euros para a reconstrução do Afeganistão. Em 2003, a UE lançou nos Balcãs Ocidentais e na África Central as suas primeiras missões no âmbito da nova Política Europeia de Defesa e de Segurança. Outras acções se seguirão. Ao contribuir para instaurar a segurança e a estabilidade no resto do mundo, a UE está também a contribuir para criar um clima de maior segurança dentro das suas próprias fronteiras.

Por último, a União Europeia é um exemplo de partilha eficaz dos recursos económicos e políticos de diversos países no interesse de todos, constituindo um modelo de integração para os países de outras regiões do mundo.

Quem dá o quê – Ajuda pública ao desenvolvimento por parte dos países da OCDE, em 2002



Fonte: OCDE.

As relações externas da UE

Desde a sua criação na década de 50, a União Europeia tem desenvolvido relações com o resto do mundo através de uma política comercial comum, da ajuda ao desenvolvimento e de acordos formais em matéria de comércio e de cooperação com países individuais ou grupos regionais.

A UE começou a fornecer ajuda humanitária às populações necessitadas do mundo inteiro na década de 70. Desde 1993, ao abrigo do Tratado de Maastricht, a UE tem desenvolvido uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC) que lhe permite empreender acções comuns quando estão em jogo os interesses da União no seu conjunto. A defesa está a tornar-se um aspecto importante da PESC à medida que a UE procura promover e manter a estabilidade no mundo. A União colabora também de forma estreita com outros países e organizações internacionais no âmbito da luta contra o terrorismo, a criminalidade internacional, o tráfico de droga e a imigração ilegal, bem como da resolução de problemas mundiais, designadamente em matéria de ambiente.

A política comercial comum da UE intervém a dois níveis. Em primeiro lugar, no quadro da Organização Mundial do Comércio (OMC), a União Europeia participa activamente na elaboração das regras que regem o sistema

multilateral do comércio mundial. Em segundo lugar, a UE negocia os seus próprios acordos bilaterais com países terceiros ou com grupos regionais de países.

A UE está empenhada em ajudar os países em desenvolvimento a incrementar as exportações.



Inicialmente concentradas em África, a ajuda ao desenvolvimento e a cooperação foram alargadas, em meados da década de 70, à Ásia, à América Latina e aos países do Sul e do Leste do Mediterrâneo. O objectivo subjacente continua a ser o apoio ao crescimento e ao desenvolvimento sustentáveis nos países parceiros para que estes possam dispor dos recursos necessários para combater e erradicar a pobreza. A União tem todo o interesse em apoiar os países parceiros e em incentivar o êxito e a prosperidade nos respectivos países.

Para além do comércio e da ajuda

Os acordos concluídos entre a UE e os seus parceiros no mundo inteiro não abrangem apenas o comércio e a assistência financeira e técnica tradicional, mas também reformas económicas, entre outras, bem como o apoio ao desenvolvimento de infra-estruturas e programas em matéria de saúde e de

educação. Esses acordos constituem também um quadro para o diálogo político e prevêem cláusulas que permitem à União suspender ou anular o comércio ou a ajuda em causa se o país parceiro violar os direitos humanos. Além disso, a UE decidiu, em 2003, que todos os novos acordos devem incluir uma cláusula nos termos da qual os países parceiros se comprometem a garantir a não-proliferação de armas de destruição maciça.

A UE deve assegurar a coerência entre todas as vertentes da sua política externa, cuja mensagem global deve ser clara. Nesta perspectiva, nomeou, em 1999, um alto-representante para a Política Externa e de Segurança e, em Junho de 2004, os dirigentes da UE chegaram a um acordo de princípio no que respeita à criação do cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros da UE, o que constitui uma das novas disposições introduzidas no Tratado Constitucional da UE.

Promover os direitos humanos

A União Europeia promove o respeito pelos direitos humanos no interior e no exterior das suas fronteiras, sobretudo no que respeita aos direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais. Procura igualmente promover os direitos das mulheres e das crianças, bem como os das minorias e das pessoas deslocadas.

A questão dos direitos humanos é contemplada nos acordos comerciais e de cooperação da UE com os seus parceiros e o respeito por esses direitos constitui uma condição prévia para os países que pretendam aderir à União. Nos últimos anos, a UE tem mantido um diálogo sobre os direitos humanos com países como a China e o Irão e impôs sanções por violação dos direitos humanos a diversos países, entre os quais a Sérvia, a Birmânia/Myanmar e o Zimbabué.

A UE contribui também para o financiamento de uma série de actividades em prol da defesa dos direitos humanos, tais como a Iniciativa Europeia para a Democracia e os Direitos Humanos, que disponibiliza cerca de 100 milhões de euros por ano para financiar actividades destinadas a:

- reforçar a democracia, a boa governação e o Estado de direito;
- apoiar a abolição da pena de morte no mundo inteiro;
- combater a tortura e a impunidade e apoiar os tribunais internacionais e penais;
- combater o racismo, a xenofobia e a discriminação contra as minorias e as populações indígenas.

Além disso, a UE aplica direitos aduaneiros mais reduzidos às importações provenientes de países que respeitam as condições de trabalho e as normas laborais fundamentais estabelecidas pela Organização Internacional do Trabalho.



Os direitos humanos aplicam-se a todos.

Política Externa e de Segurança Comum

A ideia de que uma Europa forte deve actuar concertadamente na cena internacional incentivou os Estados-Membros a colaborar para estabelecer uma estratégia coerente em matéria de política externa. Os progressos realizados ao longo dos anos têm sido lentos, mas constantes.

O primeiro passo remonta ao início da década de 50, com a tentativa ambiciosa, embora infrutífera, de criar uma Comunidade Europeia de Defesa entre os seis membros fundadores da União. A fase seguinte consistiu na chamada «Cooperação Política Europeia», um processo lançado em 1970 com vista a coordenar as posições dos Estados-Membros sobre as questões de política externa da época. Os países da UE emitiam, sempre que possível, declarações conjuntas, mas nem sempre era possível obter a unanimidade necessária para adoptar decisões relativas a questões especialmente sensíveis.

Nos últimos 15 anos, a União redobrou de esforços para desempenhar, em termos de política e de segurança, um papel internacional mais consentâneo com o seu estatuto económico. Os conflitos que eclodiram na Europa após a queda do muro de Berlim em 1989 convenceram os dirigentes da UE da necessidade de uma acção conjunta e eficaz. Mais recentemente, a luta contra o terrorismo internacional reforçou essa convicção.

Os ensinamentos extraídos dos Balcãs

O princípio de uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC) foi oficialmente consagrado no Tratado de Maastricht de 1992. Poucos meses depois, rebentava a guerra na ex-Jugoslávia. A União Europeia tentou, sem êxito, negociar uma solução política para a crise. Como não dispunha de uma força militar própria, os seus Estados-Membros só podiam intervir

Luta contra as minas terrestres

Em Dezembro de 1997, o Tratado sobre a Proibição de Minas foi assinado por 122 países em Otava, capital do Canadá. Em 1 de Março de 1999, esse tratado, que proíbe a utilização, produção, transferência e armazenamento de minas terrestres antipessoal, passou a fazer parte integrante do direito internacional vinculativo.

A acção internacional no domínio da luta contra as minas contribui para promover a paz e a estabilidade a nível mundial e para reduzir o sofrimento humano nas regiões afectadas pelas minas. Esta questão continua a ser uma prioridade absoluta para a União Europeia, que, só no período de 2000-2002, contribuiu com 40 milhões de euros para o financiamento dessa luta.

no quadro das forças da ONU e da NATO que foram posteriormente enviadas para a região.

Os ensinamentos extraídos desta experiência não foram inúteis. Na sequência das guerras dos Balcãs e dos conflitos registados em África nos anos 90, a UE criou uma Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) no quadro geral da PESC.

A PESD permite enviar forças militares ou de polícia para zonas em crise a fim de levar a cabo operações humanitárias, de manutenção da paz, de gestão de crises e até mesmo de restabelecimento da paz. As acções militares são conduzidas por uma força de reacção rápida da UE, distinta da NATO, mas com acesso aos recursos desta organização.

As primeiras missões efectuadas no âmbito da PESD tiveram lugar na ex-Jugoslávia, palco das anteriores frustrações da UE. Em Janeiro de 2003, uma missão de polícia da UE substituiu a *task force* de agentes da polícia das Nações Unidas na Bósnia e Herzegovina e, três meses depois, uma força militar da UE substituiu as forças da NATO na antiga República jugoslava da Macedónia.



© ECA

A UE pode agora mobilizar forças militares de manutenção da paz.

Foram realizadas várias tentativas ao longo dos anos para racionalizar o processo de tomada de decisões no quadro da PESC. Contudo, as decisões cruciais continuam a ter que ser adoptadas por unanimidade, o que já era difícil com 15 Estados-Membros, sendo agora ainda mais difícil com 25. Apesar do seu compromisso a favor da PESC, os governos nacionais têm por vezes dificuldade em alterar a sua própria política nacional em nome da solidariedade europeia. As profundas divisões que surgiram entre os Estados-Membros da UE na Primavera de 2003 a respeito da questão de saber se o Conselho de Segurança das

Nações Unidas devia autorizar a guerra contra o Iraque conduzida pelos Estados Unidos ilustram bem essa dificuldade.

Numa cimeira realizada em Dezembro de 2003, os dirigentes da UE adoptaram uma estratégia de segurança europeia mediante a qual reconhecem que os cidadãos da Europa e de outras partes do mundo se confrontam com potenciais ameaças decorrentes do terrorismo, da proliferação de armas de destruição maciça e da imigração ilegal. Cada tipo de ameaça requer uma resposta adequada que implica, muitas vezes, uma cooperação internacional.

Mais vale prevenir do que remediar

O preço a pagar por cada conflito violento, em termos de sofrimento humano, de destruição e de desperdício de recursos, é inaceitável. Durante a década de 90, registaram-se sete conflitos violentos em diversas regiões do mundo que custaram à comunidade internacional 200 mil milhões de euros, um montante que poderia ter sido utilizado para fins pacíficos. Assim, a União Europeia está decidida a actuar mais eficazmente para impedir, antes de mais, a eclosão de conflitos.

A UE utiliza já uma vasta gama de instrumentos tradicionais, nomeadamente a assistência técnica e financeira aos países em desenvolvimento, a cooperação económica e as relações comerciais, a ajuda humanitária, as políticas sociais e ambientais, bem como instrumentos diplomáticos, como o diálogo político e a mediação. Mas utiliza igualmente os novos instrumentos previstos no quadro da PESC, tais como a recolha de informações e a supervisão de acordos internacionais com vista a prevenir potenciais conflitos.

Num mundo em que o poder já não é necessariamente sinónimo de segurança, a UE tem de ser capaz de reagir prontamente a situações específicas, utilizando uma combinação de instrumentos adequada a cada situação.

O comércio em benefício de todos

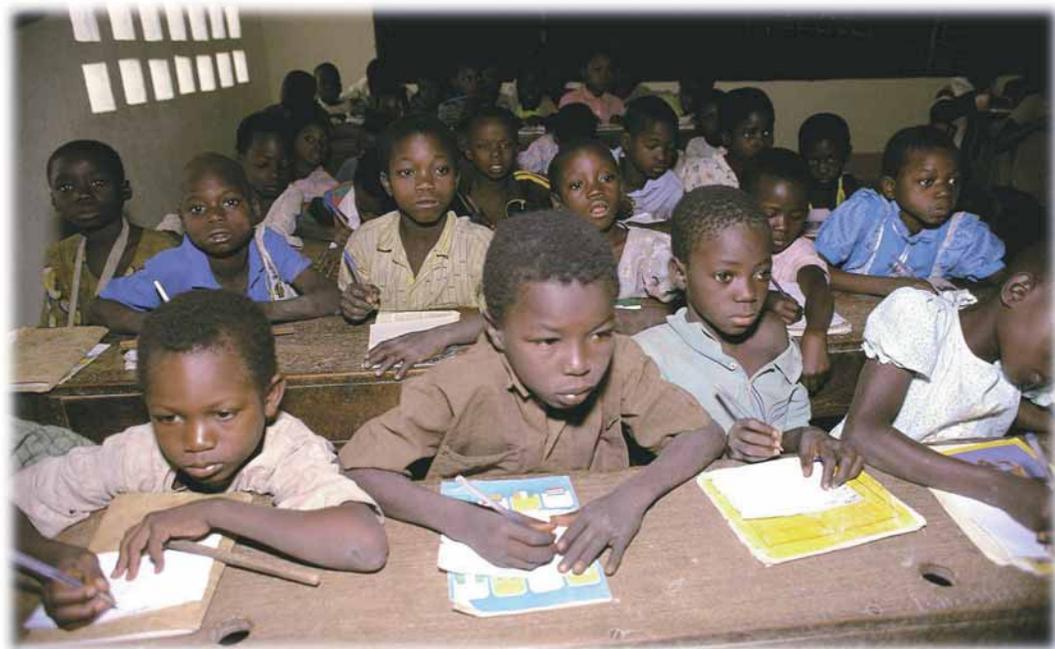
A União Europeia constitui o maior bloco comercial do mundo, sendo responsável por 20% das importações e exportações mundiais. A abertura do comércio entre os seus membros esteve na origem da criação da UE há quase 50 anos e proporcionou uma prosperidade crescente a todos os Estados-Membros. A União assume, por conseguinte, um papel de destaque na acção a favor da abertura do comércio mundial em benefício tanto dos países ricos como dos países pobres.

O aumento das trocas comerciais pode estimular o crescimento mundial em benefício de todos. Os consumidores passam a ter uma gama mais vasta de produtos à escolha e a concorrência entre os produtos importados e os produtos locais provoca uma redução dos preços e um aumento da qualidade. A

UE está convicta de que todos poderão tirar partido da globalização, incluindo os países em desenvolvimento, desde que sejam adoptadas regras adequadas a nível multilateral e sejam desenvolvidos esforços para integrar os países em desenvolvimento no comércio mundial.

É essa a razão pela qual a União Europeia está a negociar com os seus parceiros a abertura do comércio dos bens e serviços. A UE procura ajudar os países em desenvolvimento proporcionando-lhes, a breve trecho, um melhor acesso ao seu mercado e concedendo-lhes simultaneamente mais tempo para a abertura dos seus próprios mercados aos produtos europeus. Paralelamente, a UE está a proceder à reforma da sua política agrícola, o que terá igualmente consequências vantajosas para os países em desenvolvimento.

Os países de África, das Caraíbas e do Pacífico mantêm relações especiais com a União Europeia.



Um trabalho de equipa

Um desporto de equipa requer condições de igualdade, regras aceites por todos e um árbitro que assegure o cumprimento dessas regras. Por isso, a UE apoia firmemente a Organização Mundial do Comércio (OMC), que estabelece um conjunto de regras que contribuem para a abertura do comércio mundial e para assegurar a igualdade de tratamento entre todos os participantes. Embora necessite claramente de ser melhorado, este sistema oferece um certo grau de segurança jurídica e de transparência na gestão do comércio internacional. O sistema da OMC prevê igualmente um procedimento de resolução de litígios aplicável em caso de conflito directo entre dois ou mais parceiros comerciais.

A UE tornou-se um interveniente crucial nas sucessivas rondas de negociações multilaterais destinadas a liberalizar o comércio mundial. A União atribui especial importância à actual ronda de negociações, consagrada ao desenvolvimento, denominada «Doha Round», lançada em 2001 com o objectivo de eliminar os obstáculos à abertura do comércio de forma a beneficiar, em especial, os países em desenvolvimento.

O comércio para além de Doha

Embora as regras comerciais sejam multilaterais, as trocas comerciais propriamente ditas são bilaterais — entre compradores e vendedores e entre exportadores e importadores. Por este motivo, a União Europeia desenvolveu

uma rede de acordos comerciais bilaterais com diferentes países e regiões do mundo. O alargamento de 15 para 25 Estados-Membros em 2004 reforçou a posição da UE enquanto parceiro comercial, especialmente no que respeita aos seus vizinhos da Europa Oriental e da bacia do Mediterrâneo.

A política comercial da UE está intimamente ligada à sua política de desenvolvimento. Trata-se de duas políticas inseparáveis, a partir do momento em que a União assumiu a sua quota de responsabilidade no que respeita à ajuda aos países em desenvolvimento a combater a pobreza e a integrar-se na economia mundial.

Há muito que a UE reconhece que o comércio pode incentivar o crescimento económico e as capacidades de produção dos países pobres. Já em 1971, ao abrigo do «sistema de preferências generalizadas» (SPG), a UE começou a reduzir ou a suprimir os direitos aduaneiros e os contingentes pautais aplicáveis às importações provenientes dos países em desenvolvimento. Além disso, no âmbito da iniciativa «Tudo menos armas», lançada em 2001, a União concede aos 49 países menos desenvolvidos o livre acesso ao mercado da UE para todos os seus produtos, com excepção das armas.

As relações privilegiadas de comércio e de ajuda entre a União e os seus 78 parceiros da África, das Caraíbas e do Pacífico (grupo ACP) remonta a 1975 e é considerada um modelo de ajuda dos países ricos aos países mais pobres.

Erradicar a pobreza através do desenvolvimento sustentável

Cerca de metade das verbas consagradas à ajuda aos países pobres provém da União Europeia ou directamente dos Estados-Membros, o que explica que a UE seja o principal dador de ajuda no mundo. Mas a ajuda ao desenvolvimento não consiste apenas em facultar água potável e estradas asfaltadas, por mais importantes que sejam essas medidas. Trata-se também de ajudar os países em desenvolvimento a incrementar as trocas comerciais, facultando-lhes um melhor

acesso ao mercado da União para que possam desenvolver e consolidar o seu comércio externo e, por conseguinte, tirar partido da globalização.

Nem todos conseguiram fazê-lo. Apesar de os países de África, das Caraíbas e do Pacífico manterem uma relação privilegiada com a União Europeia, a sua quota nos mercados da UE continuou a diminuir, estando esses países cada vez mais marginalizados a nível do comércio mundial.

Água para a vida

O acesso à água e a distribuição equitativa dos recursos hídricos transfronteiriços são questões cruciais em qualquer região do mundo e representam um dos maiores desafios em termos de desenvolvimento no século XXI. A iniciativa *Água para a vida*, lançada pela União Europeia em 2002, tem por objectivo proporcionar água potável e sistemas de saneamento às regiões mais pobres do mundo, sobretudo em África, mas também no Cáucaso e na Ásia Central, na região mediterrânica e na América Latina. A União Europeia disponibilizou mil milhões de euros para financiar esta iniciativa.



© SAGI

O acesso à água constitui um desafio mundial.

Por esse motivo, a estratégia de desenvolvimento da UE destina-se igualmente a ajudar os países pobres a melhorar as suas infra-estruturas, a desenvolver as suas capacidades de produção e a tornar mais eficazes as suas instituições e administrações públicas. Graças a esse apoio, alguns países poderão aproveitar certas oportunidades comerciais e atrair mais investimento estrangeiro para alargar a sua base económica. Trata-se de um factor essencial para que os países em causa possam integrar-se na economia mundial e atingir um crescimento e um desenvolvimento sustentáveis.

Mais especificamente, a União está a combinar de uma forma diferentes as componentes «comércio» e «ajuda» na próxima geração de «acordos de parceria económica» que estão actualmente a ser negociados com os países ACP e que deverão entrar em vigor em 2008. O objectivo consiste em contribuir para a integração regional desses países com os países vizinhos enquanto primeiro passo para a sua integração a nível mundial e ajudá-los a reforçar as suas capacidades institucionais e a aplicar os princípios de boa governação. Simultaneamente, a UE continuará a abrir os seus mercados aos produtos provenientes dos países ACP e de outros países em desenvolvimento.

Elevados recursos financeiros

A União Europeia e os seus Estados-Membros consagram mais de 30 mil milhões de euros por ano à ajuda pública aos países em desenvolvimento. Desse montante, cerca de 6 mil milhões de euros são canalizados através das instituições da União. A União

comprometeu-se a aumentar esse montante anual para 39 mil milhões de euros até 2006. Embora os Estados-Membros da UE, tal como outros países industrializados, tenham aceite o objectivo de disponibilizar anualmente 0,7% do respectivo PNB à ajuda ao desenvolvimento, só a Dinamarca, o Luxemburgo, os Países Baixos e a Suécia cumpriram esse objectivo. Os restantes países comprometeram-se a recuperar o atraso. A média da UE, no seu conjunto, eleva-se a 0,34%, uma percentagem superior à dos Estados Unidos ou à do Japão.

A política da União tem por objectivo final facultar às populações dos países menos desenvolvidos os meios necessários para gerir o seu próprio desenvolvimento. Assim, a UE procura combater prioritariamente as causas da sua vulnerabilidade. Trata-se de garantir uma melhor alimentação e o fornecimento de água potável, melhorar o acesso à educação, aos cuidados de saúde, ao emprego, aos serviços sociais e às terras e reforçar a qualidade das infra-estruturas e do ambiente. As iniciativas da UE têm também por objectivo erradicar doenças e facultar o acesso a medicamentos baratos para combater flagelos como o VIH/sida. A União procura igualmente reduzir o peso da dívida dos países pobres.

Reconhecendo que a paz é uma condição essencial ao desenvolvimento sustentável, a União aprovou, em 2004, a criação de um fundo de 250 milhões de euros, designado por «Mecanismo de apoio à paz», com vista a apoiar as operações de manutenção da paz e de prevenção dos conflitos em África.

Ajuda humanitária

Quase todas as semanas somos bombardeados, na televisão e nos jornais, com imagens de catástrofes naturais ou provocadas pelo homem. A União Europeia está no centro de uma rede cujo papel consiste em aliviar o sofrimento humano causado por essas catástrofes. A ajuda humanitária da UE é incondicional, na medida em que tem por objectivo socorrer as vítimas o mais rapidamente possível, independentemente da sua raça ou religião e da orientação política dos governos dos respectivos países.

A UE actua em todas as zonas de conflito, nomeadamente no Iraque, no Afeganistão, nos Territórios Palestinianos e em diversas regiões de África. A sua ajuda de emergência é concedida à escala mundial, muitas vezes em zonas de crise «esquecidas» ou ignora-

das pelos meios de comunicação internacionais. Assim, a ajuda da União estendeu-se também ao Norte do Cáucaso (especialmente à Chechénia), ao Tadjiquistão, na Ásia Central, ao Nepal, ao Sri Lanka e à América Central.

A União tira igualmente partido da sua própria experiência para ajudar as populações a enfrentar eventuais catástrofes em países de alto risco e nas regiões mais expostas a terremotos, furacões, inundações e secas.

A UE canaliza a sua ajuda de emergência através do seu Serviço de Ajuda Humanitária (ECHO). Desde a sua criação, em 1992, o ECHO interveio em situações de crise graves em mais de 100 países de todo o mundo, disponibilizando o mais rapidamente possível equipamento essencial e fornecimen-



Vítimas de uma catástrofe, que ficaram desalojadas, recebem ajuda de emergência da UE.

tos de emergência para socorrer as vítimas. Com um orçamento anual de mais de 500 mil milhões de euros, o ECHO financia também equipas médicas, peritos em desminagem, meios de transporte e apoio logístico.

Não dispondo dos recursos necessários para realizar todas estas actividades, o

ECHO trabalha em estreita colaboração com parceiros humanitários — organizações não governamentais, agências especializadas da ONU e a Cruz Vermelha/Movimento Crescente Vermelho — para distribuir alimentos e material, disponibilizar equipas de socorro, instalar hospitais de campanha e criar sistemas de comunicação provisórios.

Agir em conjunto no mundo

A ajuda humanitária é um dos domínios em que a União Europeia actua em estreita colaboração com organizações internacionais como a ONU, a OMC, a NATO, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), o Conselho da Europa e organizações regionais de África, da América, da Ásia e do Pacífico.

A União Europeia considera que é necessário procurar soluções multilaterais para os problemas mundiais. Por isso atribui grande importância à instauração de um verdadeiro multilateralismo centrado numa ONU forte. De facto, o mandato e a legitimidade universais das Nações Unidas colocam esta organização numa posição privilegiada para dar resposta aos desafios comuns.

Os Estados-Membros da UE apoiam firmemente os objectivos de desenvolvimento do milénio adoptados pelas Nações Unidas em Setembro de 2000:

- erradicar a pobreza extrema e a fome
- instituir o acesso universal ao ensino primário
- promover a igualdade entre os sexos e a emancipação das mulheres
- reduzir a mortalidade infantil
- melhorar a saúde materna
- combater o VIH/sida, a malária e outras doenças
- garantir a sustentabilidade ambiental
- instaurar uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Enquanto organização, a UE procura apoiar a realização destes objectivos privilegiando seis domínios prioritários em que adquiriu uma competência específica:

- comércio e desenvolvimento
- cooperação regional
- políticas de redução da pobreza para promover a saúde e a educação
- infra-estruturas de transporte
- segurança alimentar e desenvolvimento rural sustentável
- reforço das capacidades institucionais, boa governação e Estado de direito.

Os nossos parceiros no mundo

A União Europeia dispõe de uma rede de acordos comerciais e de acordos de associação e de cooperação com países do mundo inteiro, desde os seus vizinhos europeus mais próximos até aos seus parceiros mais longínquos, na Ásia e no Pacífico. Para gerir essas relações, a UE organiza periodicamente cimeiras ou reuniões ministeriais com os seus principais parceiros.

É com quatro países vizinhos da Europa Ocidental que a UE mantém relações mais intensas: Suíça, Noruega, Islândia e Listenstaine. Trata-se de membros da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) que transpuseram para a legislação nacional grande parte da legislação da UE relativa ao mercado interno e que seguem a orientação da União noutros domínios. Com excepção da Suíça, todos participam, juntamente com a UE, no Espaço Económico Europeu (EEE).

Preparar futuros alargamentos

São já candidatos à adesão à União Europeia quatro países do Sudeste da Europa. A adesão da Bulgária e da Roménia está prevista para 2007, sendo ainda difícil determinar a data de adesão da Turquia. Este país é um dos parceiros comerciais mais antigos da União, com a qual celebrou em 1963 um acordo de associação que inclui agora uma união aduaneira. A candidatura da Turquia à UE foi apresentada em 1987. Quanto ao quarto país, a Croácia, cuja candidatura foi aceite pela UE em Junho de 2004, a sua data de adesão dependerá do ritmo das negociações de adesão.

Em Março de 2004, outro país dos Balcãs Ocidentais, a antiga República jugoslava da Macedónia, apresentou um pedido de adesão. Trata-se do primeiro passo para a sua aceitação como país candidato.

A União Europeia e os países dos Balcãs Ocidentais lançaram conjuntamente um «processo de estabilização e de associação» que, além da Croácia e da antiga República jugoslava da Macedónia, inclui a Albânia, a Bósnia e Herzegovina, bem como a Sérvia e Montenegro. Sendo o objectivo final a adesão à UE, estes países beneficiam

A Turquia é um dos principais candidatos a adesão à UE.



© Geoff Fearn/Corbis Images



© WICHNIEWSKY

A Rússia é o país vizinho da UE de maior dimensão.

já do livre acesso ao mercado da UE e de um apoio da União para programas nacionais de reforma. A próxima etapa poderá consistir na negociação de «acordos de estabilização e de associação» com a União, como aconteceu com a Croácia e com a antiga República jugoslava da Macedónia, antes da apresentação dos respectivos pedidos de adesão à UE.

Relações de boa vizinhança

A União Europeia está decidida a assegurar que o alargamento de 2004 — e quaisquer outros alargamentos futuros — não venha criar novos obstáculos entre a União alargada e os países vizinhos, pelo que está a desenvolver esforços para criar laços mais estreitos com os seus vizinhos de Leste (Rússia, Ucrânia, Moldávia e, provavelmente, com a Bielorrússia) e do Sul (países mediterrânicos).

No âmbito da sua «Política Europeia de Vizinhança», a UE prevê estender a estes países muitas das vantagens decorrentes do seu mercado interno e oferecer-lhes novas concessões comerciais e um maior apoio financeiro. Em troca, os vizinhos da UE deverão demonstrar um maior empenhamento na realização de reformas democráticas e na instauração de uma economia de mercado, bem como um maior respeito pelos direitos humanos. Uma vez que o alargamento coloca a União em contacto directo com países vizinhos que se caracterizam pela instabilidade política e social, importa que a UE partilhe com eles a sua prosperidade e estabilidade, consolidando assim a sua própria segurança.

Dado que os países vizinhos constituem zonas de trânsito para os imigrantes clandestinos e para os traficantes de droga e de seres humanos, a UE está a ajudar alguns desses países a reforçar a gestão das fronteiras e os procedimentos de imigração.

A Rússia, a Ucrânia, a Moldávia e a maior parte dos países do Sul do Cáucaso e da Ásia Central celebraram acordos com a União relativos ao comércio, à cooperação política, à protecção do ambiente e à colaboração nos domínios científico e cultural. A UE está também a desenvolver com a Rússia, o seu país vizinho de maior dimensão, um programa geral de cooperação numa vasta gama de domínios.

Estes países beneficiam também do programa de assistência TACIS da União, cuja dotação para o período de 2000-2006 se eleva a 3,14 mil milhões de euros. Este programa financia pro-

jectos em favor das reformas institucionais, das redes de infra-estrutura, do desenvolvimento do sector privado, da protecção do ambiente e da economia rural.

No âmbito do «Processo de Barcelona», a UE comprometeu-se a criar, até 2010, uma zona de comércio livre com os seus vizinhos do Mediterrâneo. Essa zona deverá abranger os países árabes do Sul e do Leste do Mediterrâneo, bem como Israel e os Territórios Palestinos. A União tem vindo a liberalizar as trocas comerciais com cada um dos seus parceiros que, por sua vez, estão a

adoptar medidas para incrementar as trocas comerciais entre si. Em 2004, por exemplo, o Egipto, Marrocos, a Jordânia e a Tunísia assinaram um acordo de comércio livre, designado por «Acordo de Agadir».

No Médio Oriente propriamente dito, a UE está a negociar um acordo de comércio livre com os seis países do Conselho de Cooperação do Golfo (Bahrein, Kuwait, Omã, Catar, Arábia Saudita e Emiratos Árabes Unidos), estando também a apoiar os esforços de reconstrução do Iraque.

Relações transatlânticas

A parceria transatlântica com os Estados Unidos é um elemento central das relações externas da UE. Os fluxos comerciais e de investimento entre as duas partes elevam-se a quase mil milhões de euros por dia. Há muito que Washington apoia a integração europeia. A UE e os EUA partilham muitos valores e interesses comuns, embora existam por vezes divergências de critérios e de pontos de vista entre as duas partes.

Tendo em conta a dimensão do comércio bilateral (os EUA absorvem 25% das exportações da UE e estão na origem de 20% das suas importações), não é de estranhar que surjam por vezes litígios entre as duas partes. Embora sejam geralmente notícia de primeira página, esses litígios representam menos de 2% do volume total das trocas comerciais transatlânticas. A forma como a UE e os EUA resolveram questões de interesse comum relacionadas com o direito da concorrência ou com o reconhecimento mútuo das normas técnicas serviu de modelo para as relações da União com outros países, nomeadamente com o Japão e o Canadá.

Para aprofundar as relações com o Canadá, a UE lançou duas iniciativas inovadoras em 2004. Uma delas consiste na elaboração de um programa de parceria UE-Canadá para a cooperação no que respeita aos problemas mundiais. A outra tem por objectivo a negociação de um novo acordo para fomentar o comércio e o investimento entre as partes.

Singapura: uma porta de acesso à actividade económica na Ásia.



A Ásia torna-se mais próxima

Embora a China e o Japão sejam os seus principais parceiros comerciais na Ásia, é com a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), composta por sete membros, que a UE mantém relações há mais tempo. Essas relações tiveram início em 1972 e foram formalizadas em 1980 mediante um acordo de cooperação. A ASEAN tomou a iniciativa de intensificar as relações com a UE no quadro do processo conhecido por ASEM (Reunião Ásia-Europa), no qual participam também o Japão, a China e a Coreia do Sul. A ASEM realiza uma cimeira de dois em dois anos.

Nos últimos anos, a UE intensificou as suas relações com o Japão. Com o plano de acção UE-Japão adoptado em 2001, os domínios de cooperação bilateral deixaram de estar confinados ao comércio e ao investimento para passarem a abranger questões políticas e culturais. A Europa tornou-se a principal fonte de investimento directo estrangeiro no Japão e o primeiro beneficiário do investimento estrangeiro

japonês, superando os Estados Unidos e a China.

Reflectindo o crescente protagonismo político que tanto a UE como a China foram adquirindo a nível mundial, as relações entre as duas partes adquiriram também um novo dinamismo nos últimos anos, centrando-se agora mais no diálogo político, nos acordos sectoriais e nos intercâmbios institucionais. Em termos comerciais, a China é actualmente o segundo parceiro comercial da UE fora da Europa, logo a seguir aos Estados Unidos e à frente do Japão, sendo a UE, por sua vez, uma das principais fontes de investimento estrangeiro na China.

A UE é o primeiro parceiro comercial da Índia, bem como a sua principal fonte de investimento estrangeiro. Desde a primeira cimeira bilateral, realizada em Junho de 2000, as relações entre as duas partes registaram um novo impulso, abrangendo agora não só as trocas comerciais, mas também o diálogo político, as cimeiras empresariais, a cooperação cultural e projectos comuns de investigação.

Relações com a América Latina

A União Europeia é o segundo maior parceiro comercial da América Latina, a sua principal fonte de investimento directo estrangeiro e o primeiro dador de ajuda ao desenvolvimento da região.

De dois em dois anos, a UE e todos os países da América Latina e das Caraíbas realizam cimeiras bi-regionais onde são abordadas uma vasta série de

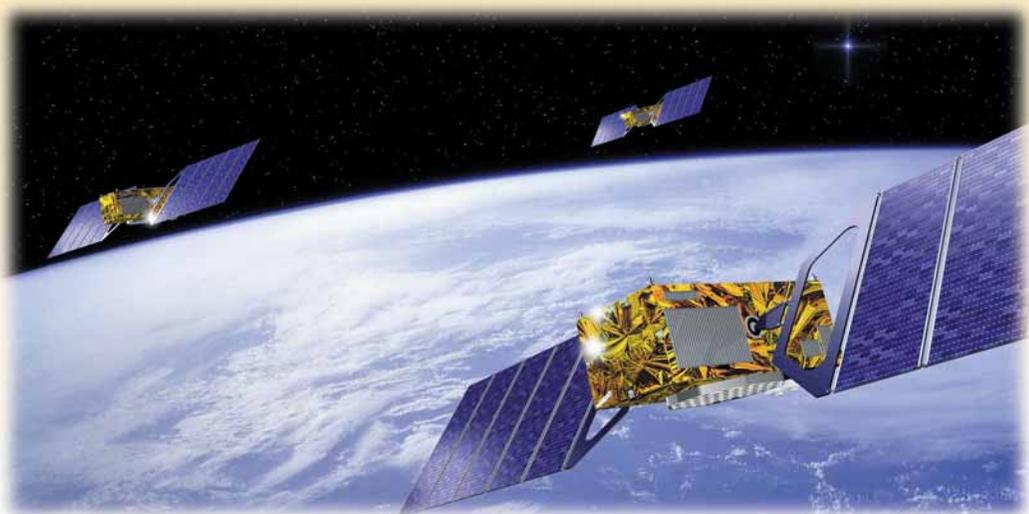
questões — políticas, económicas, educativas, científicas, tecnológicas, culturais e sociais. Todos os países da América Latina, individualmente ou em grupo, estão hoje ligados à União através de acordos de associação, de co-operação ou comerciais.

A UE está actualmente a negociar um acordo de associação com o Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), que prevê a criação de uma zona de comércio livre entre as duas partes.

A China e a Índia participam no projecto Galileu

A China e a Índia decidiram participar no projecto Galileu, o sistema de navegação por satélite da União Europeia. Trata-se de um sinal de que os países asiáticos pretendem ir além das meras relações comerciais com a União Europeia.

O sistema Galileu, que deverá estar operacional em 2008, constitui uma alternativa à rede de satélites do sistema global de posicionamento (GPS) dos EUA, relativamente ao qual oferece uma maior precisão. O sistema Galileu será utilizado essencialmente para determinar a posição geográfica de veículos e de outros meios de transporte, mas também para fins de investigação científica, ordenamento do território e previsão de catástrofes. Estão também previstas aplicações governamentais, às quais só os Estados-Membros da União terão acesso.



Galileu à volta do planeta.

No final de 2003, a UE concluiu dois acordos de diálogo político e de cooperação, um com a Comunidade Andina e outro com a América Central. A próxima etapa consistirá na negociação de acordos de associação com ambas as regiões. A União Europeia já concluiu acordos de associação que prevêem disposições em matéria de comércio livre com o México e com o Chile. Esses acordos foram assinados em 1997 e em 2002, respectivamente.

Parceria com África

Paralelamente aos laços tradicionais estabelecidos com os países africanos através dos acordos mediterrânicos e às relações com os países ACP, a UE ini-

ciou um novo diálogo com a União Africana (UA).

Esse diálogo incide, nomeadamente, sobre a prevenção e a resolução de conflitos, bem como sobre o apoio da UE aos esforços de manutenção da paz desenvolvidos pela União Africana e pelas Nações Unidas no continente africano.

A parceria UE-África abrange igualmente o comércio e a integração e cooperação económica regional, a luta contra a seca e a desertificação, medidas contra o VIH/sida e as doenças contagiosas, a segurança alimentar, os direitos humanos, a democracia e a luta contra o terrorismo.

Outra documentação



Para mais informações sobre os diversos aspectos das relações externas da União Europeia, queira consultar o sítio Internet europa.eu.int/comm/world/, onde poderá obter informações sobre questões de política externa, o alargamento, o comércio externo, a política de desenvolvimento, a ajuda humanitária e os direitos humanos.

Para mais informações sobre a Política Externa e de Segurança Comum, queira consultar o sítio eu.eu.int/pesc

Comissão Europeia

Um protagonista a nível mundial
As relações externas da União Europeia

Série: A Europa em movimento

Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias

2004 – 22 p. – 16,2 x 22,9 cm

ISBN 92-894-7418-1

A mera dimensão da União Europeia em termos económicos, comerciais e financeiros confere-lhe um protagonismo a nível mundial. A UE dispõe de uma rede de acordos com a maior parte dos países e regiões do globo. Primeiro bloco comercial do mundo, cuja moeda, o euro, é a segunda divisa mais importante do mundo, a UE consagra 500 milhões de euros por mês a projectos de assistência nos cinco continentes.

A União Europeia está a pôr em prática uma Política Externa e de Segurança Comum para que os seus membros possam actuar em conjunto na cena mundial como uma força unida em prol da estabilidade, da cooperação e da compreensão mútua. Simultaneamente, a UE está a desenvolver a sua própria capacidade de defesa e realizou as suas primeiras missões de manutenção da paz, estando igualmente empenhada na luta contra o terrorismo.

Ao contribuir para instaurar a segurança e a estabilidade no resto do mundo, a UE contribui também para um maior clima de segurança dentro das suas próprias fronteiras.

A UE está especialmente empenhada em promover os aspectos humanos das relações internacionais, tais como a solidariedade, os direitos humanos e a democracia.

Mais informações sobre a União Europeia



Na Internet, através do servidor Europa (<http://europa.eu.int>), podem ser obtidas informações em todas as línguas oficiais da União Europeia.



Existem centenas de centros locais de informação da UE espalhados por toda a Europa. Pode encontrar o endereço do centro mais próximo em: europa.eu.int/comm/relays/index_pt.htm



EUROPE *DIRECT* é um serviço que responde às suas questões sobre a União Europeia. Pode contactar o serviço telefonando para o número verde único **00 800 6 7 8 9 10 11** (ou, se estiver fora da UE, para o 32-2 299 96 96) ou enviando uma mensagem electrónica via europa.eu.int/europedirect

Para obter informações e publicações em língua portuguesa sobre a União Europeia, pode contactar:

REPRESENTAÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA

Representação em Portugal

Largo Jean Monnet, 1-10.º
P-1269-068 Lisboa
Tel.: (351) 21 350 98 00
Internet: euroinfo.ce.pt
E-mail: burlis@cec.eu.int

GABINETE DO PARLAMENTO EUROPEU

Gabinete em Portugal

Largo Jean Monnet, 1-6.º
P-1269-070 Lisboa
Tel.: (351) 21 357 80 31 – 21 357 82 98
Fax: (351) 21 354 00 04
Internet: www.parleurop.pt
E-mail: EPLisboa@europarl.eu.int

Existem representações ou gabinetes da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu em todos os Estados-Membros da União Europeia. Noutros países do mundo existem delegações da Comissão Europeia.

PT



A mera dimensão da União Europeia em termos económicos, comerciais e financeiros confere-lhe um protagonismo a nível mundial. A UE dispõe de uma rede de acordos com a maior parte dos países e regiões do globo. Primeiro bloco comercial do mundo, cuja moeda, o euro, é a segunda divisa mais importante do mundo, a UE consagra 500 milhões de euros por mês a projectos de assistência nos cinco continentes.

A União Europeia está a pôr em prática uma Política Externa e de Segurança Comum para que os seus membros possam actuar em conjunto na cena mundial como uma força unida em prol da estabilidade, da cooperação e da compreensão mútua. Simultaneamente, a UE está a desenvolver a sua própria capacidade de defesa e realizou as suas primeiras missões de manutenção da paz, estando igualmente empenhada na luta contra o terrorismo.

Ao contribuir para instaurar a segurança e a estabilidade no resto do mundo, a UE contribui também para um maior clima de segurança dentro das suas próprias fronteiras.

A UE está especialmente empenhada em promover os aspectos humanos das relações internacionais, tais como a solidariedade, os direitos humanos e a democracia.



Serviço das Publicações

Publications.eu.int

ISBN 92-894-7418-1



9 789289 474184 >